

ANAIIS

EICTI 2017

6º Encontro de
Iniciação Científica

2º Encontro de Iniciação
ao Desenvolvimento
Tecnológico e Inovação

4 a 6 de outubro de 2017

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)
Av. Tarquínio Joslin dos Santos, nº 1000
Foz do Iguaçu, Paraná – Brasil



Realização:



Apoio:



AÇÕES E POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS À SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR NA AMÉRICA LATINA E CARIBE

Fragata, Débora dos S.

Estudante do Curso Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar, bolsista IC - UNILA;

E-mail: debora.santos@aluno.unila.edu.br

Zimmermann, Silvia A.

Docente/pesquisador do curso Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar – ILAESP – UNILA.

E-mail: silvia.zimmermann@unila.edu.br.

1 INTRODUÇÃO

Existem diversos termos utilizados no planejamento de políticas públicas e ações que visam a promoção da soberania e/ou segurança alimentar nos países da América Latina. A luta contra a desnutrição e insegurança alimentar, a prevenção com alimentação saudável, o cuidado com recém-nascidos e lactantes e o desenvolvimento rural são algumas das expressões utilizadas pelos governos da região. Porém, em que se assemelham e divergem estas ações com outros países da região? A sociedade civil participa desses processos? Essas experiências são intercambiadas?

Neste sentido, a presente pesquisa teve por objetivo o mapeamento e acompanhamento das ações voltadas à promoção da soberania e/ou segurança alimentar nos países da região, o qual engloba outras expressões e ações como citadas no parágrafo acima, considerando decretos, programas, leis, planos, etc., em vigência atualmente e orientados à temática, no sentido de compreender melhor quais instrumentos e ações estão sendo executadas e quais seus objetivos.

2 METODOLOGIA

A busca pelas questões levantadas baseou-se em dados secundários, localizados em sua maioria em sites oficiais dos governos latino-americanos, ocorrendo a pesquisa entre os meses de agosto de 2015 e agosto de 2017.

Primeiramente a pesquisa baseou-se na busca online pela plataforma Google de cada país pesquisado (Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela). Sendo assim, as buscas eram encaminhadas para sites pertencentes ao país escolhido. As palavras-chaves utilizadas foram as seguintes: soberania alimentar, soberania nutricional, segurança alimentar e nutricional, segurança alimentar, soberania e segurança alimentar e nutricional, políticas alimentares, programas alimentares, alimentação, alimentação e nutrição, nutrição, desenvolvimento rural, nutricional, saúde alimentar, alimentação saudável,

desnutrição, combate à fome, combate à desnutrição, insegurança alimentar, etc. Todas as palavras utilizadas na busca são resumidas neste trabalho com o termo genérico soberania e/ou segurança alimentar, mas que pode englobar outras conceitualizações, para além das apresentadas neste trabalho.

No mapeamento, foram elencadas informações de fontes primárias, encontradas em sites governamentais e/ou instituições governamentais, e organizadas em tabela com os seus respectivos marcos jurídicos, ano de instituição, órgão responsável, endereço eletrônico, comissão responsável e composição.

O segundo passo foi conferir a existência de conselhos, comissões, comitês, observatórios, grupos técnicos, grupos de trabalho, conferências, agência, instituto, rede, sistemas, enfim, agrupações, instrumentos e/ou espaços originados dos marcos jurídicos mapeados. Foram pesquisados os respectivos sites desses espaços governamentais para verificação de funcionalidade e composição, no intuito de verificar a funcionalidade, aplicação e participação da sociedade civil, esta última, uma das características fundamentais de políticas de soberania e/ou segurança alimentar.

Uma ferramenta importante no combate à desnutrição e insegurança alimentar são os guias alimentares, e pelo fato da América Latina ser referência neste quesito, foram utilizados os guias alimentares oficiais de cada país para encontrar instituições envolvidas na elaboração e na temática soberania e/ou segurança alimentar para incorporar à pesquisa. Outra ferramenta importante utilizada na consulta de dados, buscas e confirmação de informações, são os estudos e relatos de experiências realizadas pela Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) em cooperação com os governos latino-americanos. A fonte desses dados foi o site oficial da FAO, em que cada país que esta atua possui uma plataforma online com informações sobre as relações do país com a organização, os marcos legais, os programas e projetos realizados, notícias, fonte de recursos, etc. Essas informações foram pesquisadas e conferidas com outras fontes que não o site oficial da FAO, preferencialmente os sites governamentais dos respectivos países.

O terceiro passo metodológico utilizado no mapeamento, para além dos mencionados, foi a busca por organizações não governamentais inseridas nas ações e debates sobre a temática segurança e/ou soberania alimentar que atuam na região, contribuindo ainda mais na verificação das informações encontradas.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A luta pela sobrevivência acontece desde os primórdios da vida em sociedade, porém a fome pode ser considerada um fenômeno mais recente, acentuado mundialmente com a consolidação do sistema capitalista. A temática da fome no campo científico ganhou relevância e devida atenção, no território latino-americano, com a contribuição de Josué de Castro (1908 – 1973), a partir do

livro *Geografia da Fome* (1946) e posterior *Geopolítica da Fome* (1951). Estas obras tratam da temática da fome e suas causas. Nestas o autor trata das diversas dimensões deste fenômeno persiste no cenário brasileiro. A partir disso, a temática da fome entra nas principais pautas governamentais e organizações internacionais. Essa temática foi tratada ao longo dos anos por diferentes atores sociais, suas conceitualizações são atemporais e modificadas conforme os diferentes objetivos traçados por cada indivíduo no período dos anos, alvo de múltiplas determinantes.

As ações e políticas que visam a diminuição da pobreza e erradicação da fome tiveram distintos enfoques ao longo do tempo, seguindo caminhos divergentes quando comparados entre os países. Desde a década de 1950, com o fim da Segunda Guerra Mundial, a temática da fome foi atribuída a uma perspectiva mundial de produção e disponibilidade, com o aumento da população, consequentemente, a tendência seria aumentar a produção de alimentos para suprir a fome mundial. Nessa lógica, diversos governos e organizações mundiais promoveram, já na década de 1970, a “Revolução Verde” como possível resposta a fome, instituindo políticas públicas voltadas ao fortalecimento da produção alimentar neste método. A inserção de componentes químicos para controle das plantações alimentares, máquinas automotoras para plantio, colheita e logística de toda produção, tudo baseado na perspectiva de grande escala. Estas são algumas das ações que foram estabelecidas com o apoio fundamental de muitos governos nacionais na América Latina, atitudes que provocaram a liberação de mão de obra para as cidades e esvaziamento do campo, causando muitas mudanças sociais, políticas e culturais, mas principalmente agravando a desigualdade, consequentemente, aumentando o número de pessoas que padecem de fome (BEZERRA; CASSARINO; 2016).

Já no final dos anos 1980, as discussões tratavam da persistência da insegurança alimentar nos países da América Latina, agravadas pela modernização conservadora do campo, porém o problema não era mais a falta de alimentos e sim o seu acesso físico e econômico, este último dependente da obtenção de renda monetária. A baixa escolaridade e a falta de qualificação profissional condenavam inúmeras famílias a informalidade, subemprego ou mendicância, em conjunto com problemas estruturais, como acesso à água potável, esgoto e saúde, afetando as condições alimentares e a saúde nutricional das famílias. Em 1982 com a Reunião do Comitê de Segurança Alimentar Mundial, passou-se a apoiar a posição de que as pessoas “tenham acesso físico e econômico aos alimentos básicos que necessitam” (MALUF, 2011, p.6) e, ainda, que a insegurança alimentar está intrinsecamente relacionado à concentração de terras, à modernização agrícola, à falta de renda e empregos, às condições precárias de vida e à questões ambientais (MALUF, 2011).

A década de 1990 foi marcada pela introdução da conceitualização de segurança alimentar nos países latinos e eventos de caráter global com objetivos de resolver ou, pelo menos, encaminhar ações para os países visarem a segurança alimentar mundial. O mais importante deles foi a Cúpula Mundial da Alimentação em

1996, que resultou na Declaração de Roma sobre a Segurança Alimentar Mundial e no plano de ações implementados a partir de então nos países participantes (BEZERRA; CASSARINO; 2016).

Com a crise alimentar nos anos 2000, a insegurança alimentar internacional tem sua fase mais crítica nos anos de 2006 a 2008, contudo as ações voltadas à promoção da soberania e/ou segurança alimentar se acentuam na América Latina, sendo o Brasil, o Chile e o México os primeiros países promotores de políticas públicas nesta temática, destacando-se até os dias atuais. Essas políticas tem suas particularidades ao mesmo tempo em que possuem algumas características semelhantes, que garantem maiores graus de efetividade, como a participação da sociedade civil, de movimentos sociais, de representação sindical, etc; assim também como a descentralização e promoção da agricultura familiar (BEZERRA; CASSARINO; 2016).

A conceitualização mais utilizadas na elaboração de políticas públicas de soberania e/ou segurança alimentar é da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), modificada e complementada com o passar dos anos, atualmente é composta por condições de disponibilidade, acesso físico e econômico, inocuidade alimentar e preferências culturais, para se atingir a segurança alimentar de um país (GORDILLO; MÉNDEZ; 2013).

4 RESULTADOS

Os países que não utilizam terminologia soberania alimentar, segurança alimentar ou segurança alimentar e nutricional nas políticas alimentares são o Chile, a Argentina, a Bolívia, o México, o Uruguai e a Venezuela. Contudo, essas terminologias não significa que as ações promovidas nestes países não contribuem para a promoção da soberania e/ou segurança alimentar da população ou o país não prioriza na sua agenda política a luta contra a fome. Pelo contrário, nestes países foram encontradas ações que impactam na soberania e/ou segurança alimentar, por exemplo, o caso do cuidado de mães no período de gestação, de idosos após 70 anos e crianças em idade de desenvolvimento.

Outra característica fundamental encontrada nas políticas de soberania e/ou segurança alimentar é a participação da sociedade civil, seja por movimentos sociais, representações sindicais ou demais atores sociais. Os países que apresentam algum tipo de espaço público para tratar destas políticas são: Argentina, Bolívia, Brasil, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Equador, Honduras, México, Nicarágua, Paraguai, Peru, República Dominicana e Venezuela. Em alguns destes, a participação é maior ou menor, com funções de planejamento, redesenho, elaboração e avaliação dessas políticas.

E, por fim, a descentralização das políticas de soberania e/ou segurança alimentar, bem como a cooperação técnica de organizações mundiais e governos latino-americanos, são uma constante. A primeira representada pelos países Brasil, Colômbia, Equador, Paraguai, Peru, e Venezuela, essa característica possui muita

relevância pelo fato de proporcionar que atores locais tomem as decisões sobre políticas que beneficiaram a localidade e a própria população. Na pesquisa foi possível identificar que a cooperação internacional, fundamentalmente a presença da FAO e seus trabalhos com os governos latinos, destinados prioritariamente a alimentação e agricultura, está presente em inúmeros países, em conjunto com os governos, desde os anos 1960, exercendo um papel importante na promoção de um modelo de alimentação e produção de alimentos em larga escala, nem sempre condizente a ideia de uma produção de alimentos saudáveis.

5 CONCLUSÕES

Nesta pesquisa foi possível perceber que existem inúmeras experiências de ações e políticas públicas de soberania e/ou segurança alimentar administradas pelos governos nacionais, ou seja, são inúmeros os caminhos que os governos latino-americanos estão seguindo para a promoção da soberania e/ou segurança alimentar. Em alguns há a participação da sociedade civil nos espaços de planejamento, elaboração, execução e avaliação dessas políticas, tornando-as mais eficientes e eficazes, contudo também propiciando aos participantes formação política. Assim também, muitas ações e políticas públicas são propostas em formato descentralizado, responsabilizando a localidade e atores políticos locais pela sua própria soberania e segurança alimentar e da região, sendo fundamental o papel exercido pelos acordos de cooperação técnica com organizações internacionais que tratam da temática.

6 PRINCIPAIS REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BURLANDY, Luciene; MAGALHÃES, Rosana; FROZI, Daniela Sanchez. Políticas Públicas de Segurança Alimentar e Nutricional. 2013.

BEZERRA, *Islandia*; CASSARINO, *Julian Perez (Org)*. *Soberania Alimentar (SOBAL) e Segurança Alimentar Nutricional (SAN) na América Latina e Caribe*. Curitiba: Ed. UFPR, 2016.

CASTRO, Josué de. Geografia da fome. Rio de Janeiro, 11 ed., 1992, 360p.

CASTRO, Josué de. Geopolítica da fome. Volume I. 8ª edição. São Paulo: Brasiliense, 1968.

GORDILLO, Gustavo; MÉNDEZ, Obed. Seguridad y Soberanía Alimentarias. Organización das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), 2013.

MALUF, Renato. Segurança Alimentar e Nutricional. Petrópolis: Vozes, 2011. 174p.